



## **AS MADEIREIRAS NA BERLINDA DO DESMATAMENTO Análise da cobertura do Jornal Diário do Pará nos anos 2003 e 2004<sup>1</sup>**

Profa Dra Luciana Miranda Costa<sup>2</sup>

Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do CNPq.

### **Resumo**

Este artigo buscou analisar, com ênfase na temática dos desmatamentos e queimadas, como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais neste início de século, com destaque para as reportagens publicadas pelo jornal Diário do Pará, o mais vendido no Estado. O que se constatou foi que as matérias jornalísticas, predominantemente factuais, ainda privilegiaram como suas principais “fontes”, os órgãos governamentais, seguidos de instituições de pesquisa e ONGs. A novidade é que as madeireiras passaram a ser protagonistas da maioria das reportagens, ora como vilãs do desmatamento ora como pilares do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Os trabalhadores rurais, índios e seus respectivos órgãos de representação continuaram a aparecer de “forma secundária” no discurso jornalístico.

**Palavras-Chave:** Desmatamento; Queimadas; Diário do Pará; Amazônia; Madeireiras

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP Comunicação Científica, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista formada pela PUC de SP, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), Doutora em Desenvolvimento Sócio-Ambiental (NAEA/UFPA), professora e pesquisadora do CNPq. Autora do livro “Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia” (NAEA/UFPA, 2006). A tese de doutorado a que se refere o livro recebeu os prêmios Sober 2005, NAEA 2004 e foi finalista do prêmio Intercom 2005. E-mail: lmiranda@ufpa.br.



## 1. Introdução

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa (PARD/UFPA/CNPq)<sup>3</sup> que analisou o significativo papel da mídia no “boom” ambiental que vem se registrando nos últimos anos, com destaque, neste caso, para os artigos publicados pelo jornal Diário do Pará, atualmente, o jornal mais vendido no Estado<sup>4</sup>. Os objetivos principais da pesquisa, que nortearam este recorte específico, foram: 1. analisar, com ênfase na temática dos desmatamentos e queimadas, como se estruturou o discurso da mídia impressa sobre as questões ambientais neste início de século; e 2. identificar as diversas formações discursivas<sup>5</sup> que embasaram o discurso jornalístico através de suas “fontes” de informação.

A base principal de dados sobre as matérias jornalísticas veiculadas pelo jornal Diário do Pará foi obtida através de pesquisa atualizada na Internet, realizada em 2006 e 2007. Tratou-se, desta forma, da seleção, sistematização e análise de aproximadamente 147 artigos e/ou reportagens publicados pelo periódico em 2003 e 2004.

Como referencial teórico principal foram utilizados autores e conceitos encontrados na Semiologia dos Discursos Sociais, além do conceito de *formações discursivas* elaborado por Michel Foucault. O discurso foi tomado como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de *fazer ver e fazer crer* (BOURDIEU, 1998, p.173).

O que se constatou, como este texto pretende demonstrar, foi que as matérias jornalísticas, a exemplo de outras publicações no país, predominantemente factuais, ainda privilegiaram como suas principais “fontes”, os órgãos governamentais, seguidos de instituições de pesquisa (particularmente universidades) e ONGs (organizações não-governamentais). Os agricultores familiares, trabalhadores rurais, índios e seus respectivos órgãos de representação, como já havia sido constatado em relação ao período 1975-2002 (COSTA, 2006b), continuaram a aparecer de “forma secundária” nas matérias. Observe-se, no entanto, que neste início de século, no que se refere à cobertura da mídia impressa paraense, especialmente do jornal citado, as madeiras

---

<sup>3</sup> “Amazônia em Chamas: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (1975-2002)” (PARD/UFPA, 2006) e “Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente” (2002-2006) (CNPq, 2006). Coordenação das pesquisas: Profa Dra Luciana M. Costa (FACOM/UFPA).

<sup>4</sup> Criado em 22 de agosto de 1982 por Jader Fontenele Barbalho, o jornal Diário do Pará completou 25 anos em agosto de 2007. O jornal tem uma tiragem semanal estimada em 40 mil exemplares.

<sup>5</sup> O conceito de formação discursiva, elaborado por Foucault (entendido como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) é assimilado através da aprendizagem lingüística e é ele que permitirá ao indivíduo elaborar seus discursos e reagir lingüisticamente aos acontecimentos (FOUCAULT, 1995).



passam a se tornar protagonistas da maioria das reportagens, ora como vilãs do desmatamento ora como sustentáculos do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O recorte temporal deveu-se ao fato de que se trataram de anos com picos de desmatamento e queimadas em relação aos anos anteriores.

## 2. O discurso na perspectiva teórica

O referencial teórico e metodológico que orientou a pesquisa está fundado em conceitos extraídos das obras de autores que compreendem as relações sociais como estruturadas e estruturantes do mundo social, ou seja, que localizam na disputa do *poder simbólico*<sup>6</sup> o eixo que organiza os interesses e estratégias dos agentes sociais.

As reportagens e artigos do jornal Diário do Pará referentes à temática do desmatamento e das queimadas na Amazônia puderam ser analisados através do *discurso* que lhes correspondem, tomando-o como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de *fazer ver e fazer crer* (BOURDIEU, 1998, p. 173). A teoria dos discursos sociais trabalha com os processos de constituição do *discurso*, que pode ser definido como o lugar do trabalho social de produção do sentido (ARAÚJO, 2000, p. 121).

As relações de comunicação são, deste modo, relações de poder que dependem do capital simbólico<sup>7</sup> dos agentes e instituições envolvidos, relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade. A legitimidade discursiva baseada no reconhecimento que os receptores lhe atribuem, instaura as relações de poder que lhe são inerentes, sendo determinada por outros fatores além da posição social e institucional e do poder econômico e social dos agentes. Passa por interesses individuais, grupais e de classe, pela história das relações institucionais anteriores, pela forma de mediação discursiva e pela concorrência de outras falas (ARAÚJO, 2000, p.

---

<sup>6</sup> O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu, que tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social (BOURDIEU, 1998, p. 09). O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe.

<sup>7</sup> “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural)” (BOURDIEU, 1998, p. 134).



145). A linguagem apresenta-se, portanto, como uma arena de confrontos sociais, na qual as relações de sentido são parte essencial na constituição das relações de poder<sup>8</sup>.

Utilizando-se do conceito de *formações discursivas* elaborado por Foucault, Orlandi observa que as palavras recebem seu sentido da *formação discursiva* na qual são produzidas<sup>9</sup>. A autora assinala que “o fato de um texto estar associado a um sentido é uma ilusão do sujeito” (ORLANDI, 1978, p.35), pois este recusa a inclusão necessária de toda seqüência em uma formação discursiva (e não outra), para que essa seqüência tenha sentido e, nessa recusa, tem a impressão de que é ele próprio a fonte desse sentido. Sob um enfoque semiológico, como foi o caso desta pesquisa, Araújo coloca o sujeito como aquele que trabalha sobre a matéria significativa para produzir enunciados, enfatizando, no entanto, que esse trabalho sofre coerções de duas ordens: uma, a de suas singularidades e outra, a do campo histórico (ARAÚJO, 2000, p. 166).

### 3. A mídia impressa como agente multiplicador

Os jornais e revistas vêm sendo apontados como os grandes responsáveis pela produção de informações para os novos meios digitais (LUFT, 2005, p.47). Eles abastecem com informações, boa parte do que pode ser acessado via Internet, atuando como ‘alimentadores-chave’ de inúmeros *sites*. Isto se deve ao fato dos jornais deterem, historicamente, uma grande capacidade e habilidade para a construção de reportagens, o que lhes dá legitimidade e competência. Desta forma, os veículos impressos possuem a capacidade de nortear a discussão ambiental, agendando e divulgando em suas páginas, informações sobre a temática que irão repercutir em outros campos<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Bourdieu observa que o discurso é marcado por um saber prático propriamente lingüístico, pois se trata do produto do encontro entre um *habitus* lingüístico, isto é, uma competência inseparavelmente técnica e social (ao mesmo tempo capacidade de falar e capacidade de falar de uma certa maneira, socialmente marcada) e um mercado, isto é, um sistema de formação de preços que vão contribuir para orientar antecipadamente a produção lingüística (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p.29).

<sup>9</sup> Atenta às interpretações que viam nas formações discursivas “regiões fechadas e estabilizadas”, Orlandi explicita que as formações discursivas, ao mesmo tempo que determinam a posição do sujeito, não a preenchem totalmente de sentido, pois elas são constituídas pelas diferenças, contradições e movimento, ou seja, um contínuo processo de reconfiguração. “Delimitam-se por aproximações e afastamentos. Mas em cada gesto de significação (de interpretação) elas se estabelecem e determinam as relações de sentidos, mesmo que momentaneamente. E é isto que dá identidade ao sujeito e ao sentido” (ORLANDI, 1994, pp.10-11).

<sup>10</sup> O conceito de campo de Bourdieu remete à idéia de um sistema no qual as instituições e os agentes, assim como seus atos e discursos, adquirem sentido apenas relacionalmente, através do jogo das oposições e das distinções. A materialização da história de um campo social está presente nas instituições e nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem. Desta forma, um campo é um sistema específico de relações objetivas que podem ser de aliança e/ou de conflito, de concorrência e/ou de cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas e instituídas, independentes da existência física dos agentes que as ocupam (BOURDIEU, 1998, p. 133). Os limites de um campo são os limites dos seus efeitos.



Dados de uma pesquisa coordenada pelo professor da USP Pedro Jacobi e pela jornalista Laura Valente mostram que a imprensa brasileira trata de questões ambientais, via de regra, em três ocasiões: a) catástrofes naturais e/ou acidentes graves que causam danos à natureza (foi o caso do incêndio de Roraima em 1998); 2) relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados científicos sobre o aquecimento global; e 3) no dia 5 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pela Organização das Nações Unidas - ONU (*Imprensa*, v. 14, n. 161, jun. 2001, p. 22-6 apud LUFT, 2005, p. 46). Acrescente-se a isto, o caráter imediatista da maioria das matérias sobre meio ambiente, como observado na citação abaixo:

Pode não voltar a ser tema de editorial do “The New York Times” (como em 08.10.88) ou de capas das revistas “Time” (02.01.89) e “Newsweek” (30.01.89), mas os meios de comunicação reforçarão ainda mais uma vez a impressão de que a devastação começou ontem. (Marcelo Leite. Folha de S. Paulo, 11/02/1989).

Os dados de outra pesquisa, desta vez realizada com jornalistas, mostra que os jornais diários ainda não perceberam a importância de manter espaços mais amplos para matérias sobre meio ambiente. O principal obstáculo apontado nessa questão é o ritmo acelerado das redações, que dificulta uma abordagem mais aprofundada dos temas ambientais que, por sua vez, requer conhecimento técnico, dedicação e especialização (*Imprensa*, v. 14, n. 161, jun. 2001, p. 22-6 apud LUFT, 2005, p. 46).

No caso dos jornais mais “populares”, destinados a um público de poder aquisitivo menor, a cobertura é ainda mais incipiente, pois “o ‘leitor de classe baixa’ não se interessa por esse tipo de leitura, tendo em vista que seus interesses apontam em grande parte para o plano do imediatismo” (*Imprensa*, v. 14, n. 161, jun. 2001, p. 22-6 apud LUFT, 2005, p. 47).

Portanto, a questão ambiental, embora a sua importância seja inquestionável, ainda não foi internalizada de modo sistemático no agendamento diário da grande imprensa brasileira, com exceção dos veículos especializados. A década de 90 assistiu a um significativo aumento de editorias específicas para a ‘ciência’ e/ou ‘meio ambiente’ na grande imprensa, bem como a criação de jornais e revistas especializadas e o surgimento de redes de jornalismo ambiental pela Internet. No entanto, o processo ainda é lento se comparado a magnitude dos problemas ambientais e de suas conseqüências, inclusive, a curto prazo, como o aquecimento global ou a exploração predatória de madeira.

Observe-se ainda, que os fatos ambientais que geram notícia são, como constatado por Luft (2005) e ratificado pelos resultados desta pesquisa, em geral, vinculados a questões de ordem política. Ou seja, apesar do país apresentar uma das mais modernas legislações ambientais do mundo, será no campo político e, mais precisamente, através de órgãos governamentais, que a aplicabilidade da lei acontecerá ou não. Isto se reflete na própria cobertura feita pelos veículos sobre meio ambiente, que, via de regra, não se antecipam aos acontecimentos, registrando o factual e tendo como fonte principal de informação, os órgãos governamentais.

#### **4. O período 2003-2004 nas páginas do Diário do Pará: uma análise ano a ano**

##### **4.1 - 2003: a internacionalização da Amazônia é a pauta de destaque**

Durante o ano de 2003, a ocorrência de matérias sobre a temática desmatamentos e queimadas foi comparável aos dois primeiros anos do novo século. O Diário do Pará publicou 59 matérias jornalísticas que continham uma das duas palavras-chaves (a grande maioria reportagens), sendo que 46 trataram mais diretamente sobre o tema. No entanto, a partir da análise discursiva das informações, foi possível perceber que nestes primeiros anos (2000 a 2003), as madeireiras já passam a protagonizar boa parte das matérias jornalísticas veiculadas pelo jornal, a maioria, sem identificação de origem, ou seja, sem referência a uma agência de notícias, ao autor da reportagem ou, mesmo, genericamente, como sendo de autoria da própria redação. Em 2003, das 59 matérias publicadas, oito eram provenientes de Agências de Notícias, quatro eram assinadas por jornalistas do próprio jornal e 47 não traziam indicação de origem (no que diz respeito à versão on-line).

Nos primeiros anos [década de 70], os vilões eram os incentivos fiscais, os grandes fazendeiros, a agropecuária de grande escala, que, aliás, nunca deixou de avançar. Depois, naquele pico de 29 mil km<sup>2</sup> de 1995, foi a vez da pequena agricultura e dos assentamentos. Agora é a nova onda de monocultura de soja, de um lado, e a associação de assentados e/ou sem-terras invasores com madeireiros (Diário do Pará On-Line, 29/06/2003).

Os principais destaques em 2003 foram: a crítica das madeireiras à atuação do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), o aumento das queimadas, as denúncias de fraude envolvendo as autorizações de Transporte para Produtos Florestais (ATPF's) concedidas pelo Ibama e a suposta ameaça de internacionalização da Amazônia. Também foram bastante citados nas matérias: os impactos ambientais e sociais provenientes do asfaltamento da rodovia BR-163 e das



obras relativas à hidrelétrica de Belo Monte e do gasoduto Urucu-Porto; a liberação tardia de projetos de manejo pelo Ibama; a criação da Câmara Intersectorial de Desenvolvimento Florestal pelo governo do PA; a exploração e apreensão de madeira ilegal pela Polícia Federal; as manifestações de madeireiros contra o Ibama; o acirramento da violência no campo e a expansão da soja e da pecuária causando desmatamento.

Os ambientalistas, embora bastante citados e entrevistados durante o ano, foram vistos na maior parte dos textos como obstáculos ao desenvolvimento econômico. Nestes casos, as organizações não-governamentais (ONGs) seriam aliadas da suposta tentativa externa de “internacionalização da Amazônia”, que marcou os anos do regime militar no Brasil e que sempre ressurgue sob novas roupagens. Um exemplo é o artigo “Vigilantes do atraso cercam o Pará”, de autoria indefinida.

[Subtítulo] Numa Fase de Pleno Crescimento, o Sul do Estado é Alvo de Ambientalistas e tem Ações Emperradas

Sempre que se criam condições favoráveis para a construção de infra-estrutura no Cerrado-Amazônia são divulgados números alarmantes de queimadas e desmatamentos na região. Ato contínuo, a notícia que a "Amazônia está em chamas" corre mundo, pressões internas e externas são exercidas sobre autoridades brasileiras para "tomar providências" e surgem os famosos relatórios pseudo-científicos e catastrofistas de ONGs. (...) Como se vê claramente, o cerco está se fechando. Os Estados e municípios amazônicos nunca foram tão monitorados pelos interesses internacionais como hoje, e o Sul do Pará é a bola da vez (Diário do Pará On-Line, 24/08/2003).

Como é possível notar na citação acima, os relatórios divulgados regularmente por ONGs (como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam) são criticados por supostamente não possuírem base científica confiável (“...relatórios pseudo-científicos e catastrofistas...”). Além disso, o desenvolvimento econômico aparece em oposição, na maioria dos casos, à preservação ambiental. É o que pode ser visto também no trecho abaixo, sobre um estudo encomendado a consultores internacionais, divulgado em agosto de 2003. Mais uma vez, a autoria do texto (“Obras na Amazônia vêm causando desmatamento”) não é explicitada pelo jornal.

BRASÍLIA - Os consultores internacionais do Programa Piloto para a Proteção das Florestas do Brasil divulgaram ontem estudo sobre os impactos das grandes obras anunciadas para a Amazônia no Plano Plurianual (PPA) 2004/07, como a Hidrelétrica de Belo Monte; o asfaltamento da BR-163 e o gasoduto Urucu-Porto Velho. Os investimentos em infra-estrutura estão aumentando o interesse



dos grupos econômicos pela região e acelerando o desmatamento, além da grilagem de terras (Diário do Pará On-Line, 02/08/2003).

A suposta tentativa de internacionalização da Amazônia é assunto central de várias reportagens que associam as terras indígenas ao trabalho das ONGs. Trechos das matérias “Índios e ONGs planejam novo país”, “Internacionalização ameaça a Amazônia” e “ONU aprova invasão da Amazônia”, reproduzidos respectivamente abaixo, são exemplos contundentes.

BOA VISTA - A América do Sul pode ganhar um novo país, caso, principalmente o Brasil, a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana (antiga Guiana Inglesa) não impuserem limites e disciplina à atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs). (...) As ONGs, as missões religiosas estrangeiras e uma ala da igreja católica são apontadas como pontas-de-lança dessa suposta invasão e que já estaria se materializando em Estados como Roraima e Amazonas (Diário do Pará On-Line, 27/07/2003).

A ameaça de internacionalização da Amazônia torna-se a cada dia mais freqüente, visível e concreta. Não é apenas delírio nacionalista fora de época. Observa-se por todos os cantos do chamado Nortão, em plena selva, inúmeros sinais da materialização dessa idéia. (...) Alguns políticos e militares da região mostram-se preocupados com a perspectiva de uma intervenção estrangeira, já considerada por alguns países como inevitável (Diário do Pará On-Line, 28/07/2003).

Caso os Estados Unidos da América resolvessem invadir e internacionalizar a Amazônia Brasileira teriam respaldo em resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), que admitem pelo menos três justificativas para a tomada da região: o narcotráfico, a destruição da floresta tropical e a proteção das comunidades indígenas. A afirmação é do ex-comandante militar da Amazônia, general-de-brigada Thaumaturgo Sotero Vaz (...) O governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), é mais contundente. Ele acredita que uma ocupação internacional já está ocorrendo na região Amazônica, representada pelos investimentos estrangeiros nos projetos de manejo florestal, provocando a exclusão dos pequenos e médios madeireiros (Diário do Pará On-Line, 28/07/2003).

Nota-se nos trechos acima, que os discursos de políticos e militares, de caráter alarmista, tratam a internacionalização da Amazônia como um processo já em andamento, arquitetado por países como USA, através do trabalho de ONGs, missões religiosas e “investimentos estrangeiros”. As madeiras nacionais estariam sendo, então, expulsas por essa invasão econômica silenciosa (“...provocando a exclusão dos pequenos e médios madeireiros”).

Os madeiros foram os grandes protagonistas das matérias jornalísticas que envolveram a temática dos desmatamentos em 2003. Os textos enfatizaram a



importância do setor para a economia regional, os prejuízos econômicos causados pelo Ibama às empresas “em crise” e a inoperância do órgão governamental (Ibama).

[Título] Empresários e empregados fecham rua e ganham o apoio do governador

Responsáveis pela geração de 80 mil empregos diretos e cerca de 300 mil indiretos, pela arrecadação de cerca de R\$ 200 milhões de ICMS ao ano, pela exportação de US\$ 312 milhões e pela movimentação de mais de R\$ 2 bilhões no mercado interno, empresas do setor estão em vias de fechar as portas. Eles acusam o Ibama de adotar medidas que desestruturam o segmento madeireiro para satisfazer a vontade de algumas ONGs interessadas no engessamento da Amazônia (Diário do Pará On-Line, 01/08/2003).

As ONGs, como visto anteriormente, foram, na grande maioria das matérias, colocadas como um entrave para o setor econômico produtivo do Estado, embora, em alguns casos, os números de seus relatórios tenham sido utilizados, oportunamente, como argumento positivo para o setor, referendando, como aparece na citação a seguir, na qual a ONG Imazon é mencionada, o que se quer considerar uma atividade “ambientalmente pouco impactante”.

[Título] Madeireiros fecham PA-150 por cinco horas, mas não conseguem a liberação das ATFPs

Em Santarém, o órgão só dispõe de uma funcionária para analisar mais de 300 projetos. A Autorização para Transportes Produtos Florestais (ATPF) deixou de ser expedida três vezes este ano. (...) Entre as atividades rurais, dizem ainda os manifestantes, a madeireira é a que mais emprega na Amazônia (cerca de 500 mil trabalhadores). Segundo pesquisa do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), é um dos setores que menos impactos provoca ao meio ambiente. (Diário do Pará On-Line, 17/07/2003).

Como pode ser percebido nas citações mais acima, mesmo realizando uma operação absolutamente ilegal, como o bloqueio de rodovias, as madeireiras são colocadas pelo jornal, na grande maioria das reportagens, como responsáveis pelo bom andamento da economia paraense (“...geração de 80 mil empregos diretos e cerca de 300 mil indiretos...”), inclusive, causando pouco impacto ambiental e tendo o apoio do governador do Estado no que se refere às suas reivindicações junto ao governo federal.

A “crise” do setor madeireiro ocupou um espaço significativo nas páginas do Diário do Pará, subtemáticas como aquecimento global e queimadas tiveram um destaque muito menor. Nota-se também, na citação a seguir, a crítica partidária exposta pelo jornal (“...todos recrutados da militância petista...”) que, no entanto, não leva em

consideração o fato de que as próprias madeireiras estavam realizando piquetes e fechando rodovias.

Principal empregador de mão-de-obra abundante numa região da forte migração que começou nos anos 70, as indústrias madeireiras estão em crise. Com os funcionários em greve nacional, justamente na época do combate às queimadas na Amazônia, os três gerentes-executivos do Ibama no Pará - todos recrutados da militância petista - limitam-se a pedir que deixem trabalhar aqueles que assim decidirem, rasgando a cartilha petista de piquetes e ocupações em terrenos, fábricas, propriedades rurais e imóveis ao longo de 20 anos (Diário do Pará On-Line, 20/07/2003).

O tom alarmista das matérias sugeriam que o governo estadual deveria se posicionar, pressionando o Ibama para liberação imediata de planos de manejo, o que, supostamente, tiraria o setor da “crise”. Abaixo, alguns trechos de uma reportagem (“Madeireiras estão à beira do colapso: por trás da grave crise do setor no Pará, a discórdia sobre preservação da floresta”) assinada pelo correspondente do jornal em Marabá (sudeste do Pará), Val-André Mutran, que enfatiza o papel negativo das ONGs para o setor madeireiro (“...ONG que não sai do calcanhar dos madeireiros...”).

Nessa hora, não aparece uma ONG para ajudar ou denunciar o governo”, alfineta um empresário do setor que fechou as portas de sua serraria em Marabá (Diário do Pará On-Line, 20/07/2003).

Em Redenção, próspera cidade de 80 mil habitantes no sul do Pará, a extração do mogno agora é crime federal, mesmo que as árvores não estejam em Reservas Indígenas. Esse argumento era o que faltava ao Greenpeace, uma ONG que não sai do calcanhar dos madeireiros e do governo federal. “Antes da proibição esses gringos não saíam daqui, filmando e fotografando tudo, agora, ninguém vê nem o rastro deles”, lembra Raimundo Freitas de Oliveira, um operador de fita desempregado. A ameaça de falta de matéria-prima é real (Diário do Pará On-Line, 20/07/2003).

Os números sobre o desmatamento na Amazônia aumentaram em 2003, gerando uma série de críticas das ONGs condenando o fato, além de críticas por parte dos setores ligados à agroindústria, condenando as críticas das ONGs. As citações abaixo são ilustrativas dos dois casos.

Entre os ambientalistas e pesquisadores, os 25.500 km<sup>2</sup> desmatados em 2002, provocaram fortes reações. O tom geral foi de cobrança de uma postura mais enérgica do MMA e da fiscalização do Ibama. “Boas intenções capitaneadas por um ministério de baixo orçamento, como o MMA, não bastam”, argumenta Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace (Diário do Pará On-Line, 27/06/2003).

A Federação da Agricultura no Pará (Faepa) recomendou muito cuidado em relação às análises ambientais que indicam aumento do desmatamento na Amazônia. (...). "Não há nenhum interesse de pecuaristas e produtores rurais em degradar nossa região, pelo contrário. Agora, o que não podemos é engessar nossa economia apenas para nos justificar para entidades ambientalistas internacionais", opina Xavier [Carlos Xavier, presidente da Faepa] (Diário do Pará On-Line, 02/07/2003).

Ao lado das madeiras, os sojeiros foram apontados como os grandes responsáveis pelos altos índices de desmatamento na Amazônia, gerando uma reação inflamada da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), recorrente nas reportagens do jornal.

"No mundo industrializado, o produtor rural é respeitado pelos benefícios que produz para a sociedade através da segurança alimentar e da conservação do meio ambiente. Essa atitude, entretanto, parece estar em desuso no Brasil, onde a produção de alimentos é considerada um vício de demérito e de responsabilidade sobre desastres ecológicos", afirma o presidente da Faepa (Diário do Pará On-Line, 09/07/2003).

As instituições governamentais como MMA (Ministério do Meio Ambiente), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Ibama, Embrapa, ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), Sectam (Secretaria de Meio Ambiente do Pará), Emater/PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) e Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) foram as mais citadas durante o ano. As ONGS ambientalistas também foram bastante mencionadas, com destaque para o Imazon, Greenpeace e WWF-Brasil; seguidas de outras ONGs: Conservation International, Ipam, Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), Rede de ONGs da Mata Atlântica, Fórum da Amazônia Oriental (Faor), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Instituto Socioambiental (Isa).

Instituições de ensino e/ou pesquisa como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Unesp (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também foram referenciadas nos textos jornalísticos. Os agricultores familiares, índios e trabalhadores rurais foram ouvidos, mas com poucas referências e, via de regra, através de suas instituições representativas, como a Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará) e o Sindicato dos Trabalhadores do Setor Público Agrícola e Fundiário do Pará.

O jornal Diário do Pará privilegiou em suas páginas, como fontes explícitas das informações, as instituições representativas dos grandes fazendeiros, empresários ou



madeireiras, como a Faepa, Fiepa (Federação das Indústrias do Estado do Pará), CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) e União das Entidades Florestais do Pará (Uniflor).

#### **4.2 - 2004: as madeireiras como vilãs do desmatamento ou protagonistas do desenvolvimento econômico sustentável**

Durante o ano de 2004 houve um aumento de matérias jornalísticas publicadas pelo Diário do Pará, que continham “desmatamento” ou “queimadas” como palavras-chaves (a grande maioria reportagens). Este fato indica um maior interesse do periódico na divulgação de questões ambientais e acirramento de disputas no campo político. Foram 88 matérias, sendo que 51 trataram mais diretamente sobre o tema. A exemplo do ano anterior, a maioria não trouxe identificação de origem. Em 2004, das 88 matérias publicadas, 22 eram provenientes de agências de notícias, 21 eram assinadas por jornalistas do próprio jornal, três vinham de outras fontes (como a Rádio Nacional da Amazônia) e 42 não traziam nenhuma indicação de autoria (no que diz respeito à versão on-line). As madeireiras continuaram como as grandes protagonistas nos textos veiculados pelo jornal, ora como vilãs ambientais ora como lideranças do desenvolvimento econômico sustentável.

(...) Justiniano Netto, presidente da Câmara Florestal da Confederação Nacional das Indústrias, ratifica o que há anos o setor madeireiro vem afirmando: que a atividade florestal dirigida de forma responsável não promove o desmatamento, mas constitui-se numa “grande parceira do desenvolvimento sustentável” (Diário do Pará On-Line, 18/04/2004).

Para o diretor técnico da Aimex, no entanto, o aumento de 54,29% na exportação de produtos beneficiados (pisos, decks, portas, janelas, esquadrias, mesas etc.) é um fato que deve ser considerado, pois revela, primeiramente, que os empresários investiram firmemente na modernização de suas indústrias para agregar mais valor aos produtos. (Diário do Pará On-Line, 29/04/2004).

Segundo o ministério do Meio Ambiente, mais de 90% da produção de madeira na Amazônia tem origem predatória. As exportações paraenses de madeira - que a exemplo do resto da Amazônia vem em grande parte de desmatamentos que precedem as queimadas - aumentaram 23.5% em volume no período janeiro-outubro de 2004 em comparação com o mesmo período de 2003 (Diário do Pará On-Line, 01/12/04).

Os principais destaques em 2004 foram: a pecuária como grande vilã do desmatamento segundo estudo do Banco Mundial, as apreensões de madeira ilegal pelo Ibama e pela Polícia Federal (PF), e a continuação da “crise” do setor madeireiro. Também foram bastante citados nas matérias: os debates sobre o zoneamento ecológico



e econômico (ZEE) no Pará; o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia; o aumento da exportação de madeira da Amazônia; a prisão de madeireiros em Santarém pela PF; a expansão da soja no Pará; os debates nacionais e internacionais sobre as emissões de gases de efeito estufa, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o Protocolo de Kyoto; a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) na Terra do Meio (PA); o Programa Nacional de Florestas (lançado em fevereiro de 2004) e as denúncias de falsificação das ATPF's.

A soberania nacional, ancorada na suposta ameaça de internacionalização da Amazônia, continuou a ser um subtema presente em algumas reportagens. O assunto foi ressaltado nas negociações sobre cooperação científica entre Brasil e Estados Unidos em 2004.

Para Marina Silva [Ministra do Meio Ambiente], "(...) é importante que também possamos ser ajudados pelos países desenvolvidos. Só que a ajuda deve obedecer sempre aos interesses estratégicos e à legislação do país e, em nenhum momento, estará em questão qualquer forma de interesse quanto à soberania que temos sobre ela" (Diário do Pará On-Line, 15/01/2004).

Em 2004, o Pará perdeu o indesejável título de campeão de queimadas do país para o Mato Grosso, mas os números continuaram expressivos.

O título, agora, está com o Mato Grosso, seguido de Rondônia. Mesmo assim, só em São Félix do Xingu foram registrados por satélite 1.013 focos de calor (Antônio José Soares. Diário do Pará On-Line, 13/08/2004).

O desmatamento cresceu em 2003, os números divulgados em 2004 tornaram-se a segunda maior marca já registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe): 23.750 km<sup>2</sup> e provocaram a promessa de transferência de recursos, por parte do governo alemão, para o MMA, de R\$ 17,5 milhões, visando reduzir os desmatamentos e as queimadas na Amazônia. Os recursos foram direcionados para o Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq). No entanto, com o aumento do ritmo do desmatamento, aumentaram também as críticas das ONGs ao governo nas páginas do Diário do Pará.

Para o Greenpeace, quatro fatores foram fundamentais para a falta de implementação do plano de combate ao desmatamento (...). "O que se viu foi o contrário do anunciado", disse Adário. "O dinheiro prometido não saiu, o MMA foi acuado por acusações de enterrar o desenvolvimento; o agronegócio foi vendido por empresários, pelo ministro da Agricultura e pelo próprio presidente Lula como a salvação da lavoura; e até mesmo o Ibama - que deveria fiscalizar e punir, manteve-se longe da floresta, mergulhado em greves e falta de recursos" (Diário do Pará On-Line, 01/12/2004).



Se o atual ritmo de desmatamento for mantido, em 40 anos a Amazônia estará cheia de estradas e fazendas, prevê um dos coordenadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho. Ele estima ainda que metade da floresta poderá estar "completamente derrubada" dentro de 80 a 100 anos, na hipótese de corte raso de 25 mil quilômetros por ano em média. (Diário do Pará On-Line, 24/04/2004).

A exemplo do ano anterior, o jornal Diário do Pará privilegiou em suas páginas, como fontes explícitas das informações, as instituições representativas dos grandes empresários ou madeireiras, como a Aimex, Uniflor, CNI (Confederação Nacional da Indústria) e International Timber Trade Organization (ITTO), além das instituições governamentais, como o MMA, Ibama, Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), ADA, Ministério das Cidades, Incra, Ministério Público Federal, Fema (Fundação Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso), Exército, Justiça Federal, Justiça Estadual, Sectam/PA, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Funai (Fundação Nacional do Índio).

As ONGS ambientalistas continuaram a ser bastante mencionadas, com destaque para o Ipam, Greenpeace, WWF, Imazon, Cifor (Centro para Pesquisa Florestal Internacional) e Amigos da Terra, seguidas de outras ONGs como: GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar), Faor e Isa.

Instituições de ensino e/ou pesquisa tiveram um incremento significativo no número de citações, indicando a tendência já observada em outros veículos de comunicação (COSTA, 2006b) da apropriação de elementos do discurso científico, assim como de seus representantes (como fontes), pelo discurso jornalístico. As instituições mais mencionadas foram: INPE, Embrapa, MPEG, IBGE, USP (Universidade de São Paulo), Universidade Estadual do Ceará, UFPA, UEPA (Universidade Estadual do Pará), Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Unesp, UnB (Universidade de Brasília), UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia) e as internacionais: Universidade de Washington e Universidade Hebraica, de Jerusalém. Observe-se que o Banco Mundial, em virtude da contratação de consultores que elaboraram estudos sobre desmatamento e queimadas na Amazônia, foi bastante citado pelo jornal, seguido pela JICA (Agência Internacional de Cooperação Japonesa) e pelo governo alemão.

Também foram ouvidos agricultores familiares, índios, trabalhadores rurais e seus respectivos órgãos de representação, mas com um espaço muito mais reduzido do



que o das demais fontes citadas e, via de regra, através de suas instituições representativas, como o GTA.

Retomando Foucault, nota-se, portanto, que o discurso jornalístico do Diário do Pará, nestes dois anos (2003 e 2004), foi construído a partir de quatro *formações discursivas* principais: o discurso político, o discurso científico, o discurso empresarial e o discurso ambiental das ONGs. Esta tendência, como já observado em Costa (2006b) provavelmente se manterá pelos próximos anos, pois trata-se das vozes detentoras do conhecimento específico sobre o tema ou que possuem maior capital econômico (como no caso dos madeireiros). Pode-se antever, no entanto, o acirramento dessa disputa discursiva (já existente, mas ainda muito desigual porque baseada em relações diferenciadas de poder) que envolve também os outros seguimentos sociais: agricultores familiares, trabalhadores rurais e índios. A partir, principalmente, do fortalecimento institucional desses grupos, eles estarão em melhores condições para fazer valer para o restante da sociedade, suas diversas visões e demandas ambientais, ainda não incorporadas de forma efetiva pelo discurso jornalístico regional.

## 5. Obras Citadas

ARAÚJO, I. **A Reconversão do Olhar: prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.

BARROS FILHO, C. de & MARTINO, L. M. S. **O habitus na comunicação.** São Paulo: Paulus, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico/** Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, L. **Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 2006a.

\_\_\_\_\_. O esverdeamento da imprensa. Estudos em Jornalismo e Mídia. Revista Acadêmica Semestral. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. V.III. 2º Semestre de 2006b.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 4ª ed., 1995.

LUFT, S. **Jornalismo, Meio Ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

ORLANDI, E. P. *et al* (Orgs.) **Gestos de leitura: da história no discurso.** Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. Protagonistas do/no discurso. In: **Foco e Pressuposição.** Uberaba: Instituto de Ensino das Faculdades Integradas de Santo Tomás de Aquino, 1978. p. 30-41.